

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**  
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Professora Nilda de Castro, S/N, Centro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIIM - BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 011/2025

### DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA RENOVAÇÃO DE LICENÇA UNIFICADA (L.U) À CERÂMICA CIMENTEX LTDA SITUADA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO TUPIIM-BA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela **Lei Orgânica do Município** e pela legislação ambiental vigente, e considerando o disposto na **Lei Federal nº 6.938/1981** e nas **Resoluções CONAMA nº 237/1997, nº382/2006, nº 436/2011, nº 491/2018 e nº 430/2011, NR-23, Resolução CEPAM nº 4.579/2018, IN IBAMA nº 21/2014, Lei Municipal nº 707/2019**, bem como os estudos técnicos apresentados e analisados no processo nº 011/2025.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Conceder a Renovação da Licença Unificada (L.U), válida pelo prazo de **03 (três) anos** à **CERÂMICA CIMENTEX LTDA.**, inscrita no **CNPJ 12.524.577/0001-81**, situada na **Estrada Boa Vista ao Baixio, Km 2, s/n, Zona Rural, Boa Vista do Tupim/BA**, para realizar atividade de fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção civil, exceto azulejos e pisos, com produção de **300.000 blocos/mês**, Tipologia Classe **C2 (C10.4.1)**, nesse mesmo local e município, mediante o cumprimento da legislação vigente e dos seguintes condicionantes:

- I. Utilizar somente argila proveniente da área devidamente licenciada pelos Órgãos Ambientais competentes e pela Agência Nacional de Mineração - ANM;
- II. Manter **CEAPD/BA, CTF/APP/IBAMA**, alvarás e registros atualizados;
- III. Manter como responsável técnico, profissional habilitado (CREA/CAU) e **ART/RRT** para medições/relatórios exigidos;
- IV. Instalar e manter visível ao público, placa com os seguintes dados: a) número e validade da licença unificada, b) nome do responsável técnico com o CREA, c) nome da empresa e telefone de contato, d) "disque denúncia" e os contatos de emergência ambiental, municipal e estadual; **Prazo: 90 (noventa) dias;**
- V. Operar fornos e fontes fixas em conformidade com as **Resoluções CONAMA nº 382/2006 e nº 436/2011** e normas estaduais;
- VI. Realizar o monitoramento anual de chaminés: Realizar uma vez por ano (**a cada 12 (doze) meses**) medições **isocinéticas** de **MP total** (e, quando aplicável, **NOx, SO<sub>2</sub>, CO e COV**), com relatório técnico (metodologia, condições operacionais, calibração e comparação com limites); **Prazo: 90 (noventa) dias;**
- VII. Sistemas de controle de emissões: Manter **ciclones/filtros/venturis** ou equivalentes com manutenção preventiva documentada;
- VIII. Realizar o monitoramento de material particulado na vizinhança (**raio até 02 km**). O empreendedor deverá implementar **campanhas semestrais** de monitoramento ambiental de

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



## Estado da Bahia

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Travessa Professora Nilda de Castro, S/N, Centro

MP<sub>10</sub> e, quando tecnicamente aplicável, MP<sub>2,5</sub>, em **receptores sensíveis e comunidades vizinhas** localizadas **dentro de um raio de até 2 km** do empreendimento, com ao menos **1 ponto a sotavento** (mais crítico) e **1 a barlavento** (controle), definidos com base em rosa dos ventos/localização dos bairros e vias. As amostragens deverão seguir **método de referência gravimétrico** (alto volume) ou **método equivalente** reconhecido (**USEPA/ABNT**), com períodos de 24 horas, mínimo de **03 (três) dias consecutivos por campanha**, registro das **condições meteorológicas** e procedimentos de **QA/QC** (calibração, branco, duplicatas). Os resultados devem ser confrontados com os Padrões de Qualidade do Ar da Resolução **CONAMA nº 491/2018** (fase vigente aplicável no Estado) e diretrizes estaduais, reconhecendo que o monitoramento de redes oficiais é atribuição dos entes federativos (**arts. 8º e 9º da Res. 491/2018**), e que a presente exigência possui **caráter complementar** no âmbito do licenciamento. **Excedências** deverão ser comunicadas ao órgão ambiental em até **05 (cinco) dias úteis**, acompanhadas de **plano de ação** com medidas de mitigação (reforço de controles de processo e **poeira fugitiva**), cronograma e responsável técnico. Cada campanha deverá ser **relatada à Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente em até 30 (trinta) dias** após sua conclusão, anexando mapas dos pontos (coordenadas), fotos, laudos laboratoriais, incertezas, manutenção dos amostradores e comparação com os padrões; **Prazo: 90 (noventa) dias**;

- IX. Manter todas as fontes de emissões atmosféricas, ruídos e vibrações dentro dos parâmetros estabelecidos pela Legislação Ambiental;
- X. Fornecer e exigir o uso dos Equipamentos de Proteção Individual - **EPI's**, adequados para a atividade, aos funcionários e visitantes, conforme Norma Regulamentadora **NR-06**;
- XI. É vedado o uso de madeira/lenha sem comprovação de origem ou oriunda de supressão irregular, sendo necessário comprovação obrigatória de origem legal: Utilizar exclusivamente lenha/biomassa com **DOF** (Documento de Origem Florestal) válido e **Notas Fiscais** correspondentes (transporte e consumo);
- XII. Operar de acordo com **PGRS** apresentado, mantendo atualizado. Segregar, coletar e destinar adequadamente resíduos comuns/recicláveis; manter contratos e comprovantes. Para os **Resíduos perigosos**, acondicionar conforme **ABNT** e destinar a **empresa licenciada**, com manifestos/MTR;
- XIII. Somente lançar efluentes após tratamento, atendendo **CONAMA nº 430/2011** e normas estaduais; manter análises periódicas;
- XIV. Ruído ambiental deverá atender à **NBR 10.151** nos receptores; realizar medições quando solicitado;
- XV. Poeira fugitiva: Controlar em pátios/vias com umidificação, limitação de velocidade de circulação de máquinas e veículos, adotando quando necessário medidas de estabilização/pavimentação e barreiras de vento;
- XVI. Sinalização e tráfego: Implantar sinalização de segurança e de tráfego interno/externo (nas imediações e acesso ao empreendimento) em pontos críticos, mantendo-a em bom estado;
- XVII. **AVCB** – apresentação obrigatória em até **120** (cento e vinte) dias, o **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros** – **AVCB** válido, emitido pelo **CBM-BA**, comprovando a conformidade às normas estaduais de segurança contra incêndio e pânico (Código/Regulamento do Estado da Bahia e Instruções Técnicas – IT), à **NR-23** e às **NBRs** pertinentes (ex.: **NBR 9077** – saídas; **NBR 10898** – iluminação; **NBR 13714** – hidrantes; **NBR 13434** – sinalização; **NBR 17240** – alarme). Deverá



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**

Travessa Professora Nilda de Castro, S/N, Centro

acompanhar: plantas aprovadas, ART/RRT, memorial dos sistemas, atestados de conformidade e cronograma de manutenções. A renovação do **AVCB** deve ser mantida sempre vigente e apresentada ao órgão ambiental no **RCC** (Relatório Anual de Cumprimento de Condicionantes) subsequente;

- XVIII. Manter sistemas e brigada conforme **NR-23** e normativas do **CBM-BA**, com treinamentos e simulados anuais;
- XIX. Manter atualizados **PGR/NR-01** e **PCMSO**, incluindo riscos térmicos e de material particulado e Promover a educação ambiental com os funcionários, objetivando a conservação do meio ambiente e recursos naturais, registrando as evidências dessas ações e mantendo-as à disposição para fins de fiscalização;
- XX. Apresentar **RCC** (Relatório de cumprimento de condicionantes anual), sempre ao final de cada ano produtivo, protocolar **junto à Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente**, contendo: (a) produção mensal; (b) consumo e **origem da biomassa com DOF/NFs**; (c) laudos do **monitoramento semestral de emissões**; (d) registros de manutenção dos controles; (e) destinação de resíduos (comprovantes); (f) não conformidades e correções;
- XXI. Notificar em caso de incidentes, à **Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente** em até **24 horas** sobre eventos relevantes (incêndio, emissões anômalas, acidentes) e apresentar relatório em até **15 (quinze) dias**;
- XXII. Em caso de alterações e ampliação, ou mudança de titularidade, razão social, capacidade, tecnologia de queima, combustível ou ampliação exige anuência prévia e, se aplicável, novo licenciamento;
- XXIII. O empreendimento deverá **garantir livre acesso** às fiscalizações municipal/estadual/federal.

**Art. 2º** - Esta Licença Unificada refere-se exclusivamente refere-se à atividade de fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção civil, exceto azulejos e pisos, com produção de **300.000 blocos/mês**.

**Art. 3º** - O não cumprimento das obrigações, condições e prazos estabelecidos nesta Licença, implicará na aplicação da penalidade de multa, correspondente à classe da infração relacionada ao passivo, bem como a suspensão imediata da mesma, conforme legislação vigente.


**Art. 4º** - Esta Licença entra em vigor na data de sua publicação.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Boa Vista do Tupim – BA, 25 de setembro de 2025

  
Aline Lisboa Oliveira

Secretária de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente

  
Sávio Bulcão dos Santos  
Prefeito Municipal